

COMANDO DE OPERAÇÕES DE DIVISAS NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: CONTROLE TERRITORIAL PREVENTIVO, POLICIAMENTO FLUVIAL E ESPECIALIZAÇÃO OPERACIONAL NA AMAZÔNIA

Jacksfran Barros Feitoza¹
Denison Melo de Aguiar²
Flávio Humberto Pascarelli Lopes³
Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴
Jonathan Gomes da Silva⁵
James da Silva Souza⁶

RESUMO: O presente artigo analisa a viabilidade institucional, jurídica e operacional da criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas (COD/PMAM), considerando as especificidades territoriais amazônicas, a dinâmica do crime organizado transfronteiriço e a necessidade de especialização do policiamento fluvial. O objetivo consiste em compreender como a estruturação de um grande comando operacional, com doutrina própria, efetivo adequado, batalhões subordinados e logística fluvial permanente, pode fortalecer o controle territorial preventivo e ampliar a eficiência da segurança pública estadual. A metodologia adotada é qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada na análise

¹ Bacharelado em Segurança Pública pela Universidade do Estado do Amazonas. Graduado em Recursos Humanos pela FATEG. Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal Militar. Pós-graduado em Direito Constitucional pela FACUMINAS.

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

⁴ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

⁵ Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas; Pós-graduado em Direito Público pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA e Segurança Pública e Cidadania pela Facuminas. Bacharel em Direito pela UEA.

⁶ MBA em gestão de finanças, negócios e controladoria, IPOG (2021). Pós-graduado em segurança pública pela Focus (2023). Graduado em Administração pela Universidade Federal do Estado do Amazonas (2017). Oficial R2 do Exército Brasileiro. Ex-Policial Penal do Estado de Roraima. Ex-soldado da Polícia Militar do Amazonas. Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Discente do Curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão da Universidade Federal do Amazonas.

constitucional, administrativa e criminológica, bem como em estudos sobre segurança pública e território na Amazônia. Os resultados indicam que a criação do COD/PMAM representa medida institucional compatível com a realidade amazônica, capaz de ampliar a presença estatal em áreas de fronteira, reduzir fluxos ilícitos e fortalecer a atuação preventiva da Polícia Militar do Amazonas. Conclui-se que a especialização operacional constitui instrumento essencial para o enfrentamento do crime organizado na região.

Palavras-chave: Segurança pública. Amazônia. Policiamento fluvial. Controle territorial. Polícia Militar do Amazonas.

ABSTRACT: This article analyzes the institutional, legal, and operational feasibility of creating the Border Operations Command within the Military Police of Amazonas (COD/PMAM), considering the territorial specificities of the Amazon region, the dynamics of transnational organized crime, and the need for specialized river policing. The objective is to understand how the structuring of a large operational command, with its own doctrine, adequate personnel, subordinate battalions, and permanent river logistics, can strengthen preventive territorial control and improve the efficiency of public security in the state. The methodology adopted is qualitative, bibliographic, and documentary, based on constitutional, administrative, and criminological analysis, as well as studies on public security and territorial dynamics in the Amazon. The results indicate that the creation of COD/PMAM represents an institutional measure compatible with the Amazonian reality, capable of expanding state presence in border areas, reducing illicit flows, and strengthening preventive policing by the Military Police of Amazonas. It is concluded that operational specialization constitutes an essential instrument for confronting organized crime in the region.

Keywords: Public security. Amazon. River policing. Territorial control. Military Police of Amazonas.

2

INTRODUÇÃO

A segurança pública no Estado do Amazonas apresenta desafios estruturais diretamente relacionados às características geográficas, sociais e territoriais da região. A vasta extensão territorial, a baixa densidade populacional em amplas áreas do interior, a presença de fronteiras internacionais e a predominância do transporte fluvial influenciam de forma decisiva a dinâmica da criminalidade e a atuação dos órgãos de segurança pública. Diferentemente de outras unidades da federação, onde o policiamento terrestre e urbano constitui o eixo central das estratégias de segurança, no Amazonas os rios configuram-se como verdadeiros corredores logísticos, tanto para a circulação lícita quanto para o transporte de ilícitos.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A atuação estatal nessa área exige organização institucional adequada, planejamento e políticas públicas capazes de responder às realidades sociais e territoriais específicas de cada unidade federativa, garantindo a efetividade da proteção constitucional dos direitos fundamentais. (MORAES, 2023, p. 928).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu artigo 144, que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Todavia, a efetividade desse mandamento constitucional depende da capacidade institucional de adaptação às realidades territoriais. Conforme leciona Moraes (2023), a organização estatal deve buscar a máxima efetividade das normas constitucionais, especialmente no tocante à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

No contexto amazônico, o território não é apenas um dado geográfico, mas elemento estruturante da política de segurança pública. Becker (2015) ressalta que a Amazônia constitui espaço geopolítico estratégico, cuja ocupação e controle demandam presença institucional contínua. A ausência ou fragilidade dessa presença cria condições favoráveis à atuação de organizações criminosas, especialmente aquelas voltadas ao tráfico de drogas, armas, contrabando e crimes ambientais.

Diante desse cenário, a especialização do policiamento territorial surge como instrumento de adaptação institucional. Di Pietro (2022) destaca que a eficiência administrativa exige reorganização estrutural quando os modelos tradicionais de atuação não respondem adequadamente às demandas sociais. É nesse contexto que se insere a proposta de criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas, concebido como grande comando operacional voltado ao controle territorial preventivo em áreas de fronteira, divisas interestaduais e rotas fluviais estratégicas.

3

A Amazônia constitui um espaço estratégico para o Estado brasileiro, não apenas sob a perspectiva ambiental e econômica, mas também sob o ponto de vista político e territorial. A presença institucional permanente é condição indispensável para a consolidação da soberania e para o controle efetivo do território, especialmente em regiões de fronteira e de difícil acesso logístico. (BECKER, 2015, p. 37).

O objeto desta pesquisa consiste na análise da viabilidade institucional, jurídica e operacional da criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas (COD/PMAM), considerando as especificidades territoriais amazônicas e a necessidade de especialização do policiamento territorial e fluvial.

A temática envolve a relação entre segurança pública, território e organização institucional das forças policiais, especialmente no contexto amazônico, onde a mobilidade fluvial assume papel central na dinâmica social e econômica regional. A criação de unidades especializadas de policiamento territorial constitui estratégia de adaptação institucional diante das transformações da criminalidade contemporânea.

No Estado do Amazonas, o controle territorial preventivo apresenta-se como instrumento relevante de política pública de segurança, especialmente em áreas de fronteira e

divisa. A literatura sobre segurança pública destaca que a presença institucional permanente em regiões estratégicas contribui para a redução de fluxos ilícitos e para o fortalecimento da soberania estatal.

A relevância da pesquisa pode ser compreendida sob três perspectivas: acadêmica, científica e social.

A relevância acadêmica consiste na contribuição para o debate sobre segurança pública nas Academias de Direito da Amazônia, especialmente no âmbito das instituições de ensino superior da região, como a Universidade do Estado do Amazonas. A produção científica voltada à realidade amazônica contribui para a formação crítica de profissionais da área jurídica e de segurança pública.

A relevância científica relaciona-se à necessidade de ampliação dos estudos sobre organização institucional da segurança pública na Amazônia. A análise da criação de unidades especializadas de policiamento territorial contribui para a produção de conhecimento aplicado à segurança pública regional, dialogando com os estudos sobre território, crime organizado e políticas públicas.

A relevância social manifesta-se na possibilidade de fortalecimento da presença estatal em áreas de fronteira e divisa, contribuindo para a prevenção criminal e para a proteção da sociedade amazônica. A segurança pública constitui condição essencial para o desenvolvimento social e econômico da região.

O objetivo geral deste artigo é analisar a viabilidade institucional, jurídica e operacional da criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas como instrumento de controle territorial preventivo na Amazônia. Os objetivos específicos são: 1. Descrever as características territoriais e logísticas da segurança pública no Estado do Amazonas; 2. Examinar a proposta de estrutura organizacional e doutrina operacional do COD/PMAM; 3. Avaliar a contribuição da especialização do policiamento de divisas para a prevenção criminal na região amazônica.

A segurança pública na região amazônica apresenta desafios específicos decorrentes da extensão territorial, da predominância da mobilidade fluvial e da presença de fronteiras internacionais. No Estado do Amazonas, a circulação de ilícitos em rotas fluviais e áreas de divisa evidencia a necessidade de estratégias institucionais voltadas ao controle territorial preventivo e à presença permanente do Estado em regiões estratégicas. Nesse contexto, a organização operacional da Polícia Militar do Amazonas torna-se elemento central para a efetividade das políticas de segurança pública. A especialização de unidades policiais para

atuação em áreas de divisa e fronteira surge como alternativa institucional para o fortalecimento da prevenção criminal e do controle territorial.

Diante dessas considerações, formula-se o seguinte problema de pesquisa: De que maneira a criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas pode contribuir para o fortalecimento do controle territorial preventivo e para a ampliação da eficiência da segurança pública na região amazônica?

Como hipótese de pesquisa, parte-se da seguinte proposição teórica: A criação de uma unidade especializada de operações de divisas na Polícia Militar do Amazonas pode fortalecer a presença estatal em áreas estratégicas do território amazônico, contribuindo para a prevenção da circulação de ilícitos e para o enfrentamento do crime organizado transfronteiriço, desde que estruturada com doutrina operacional própria, logística fluvial adequada e efetivo especializado. A hipótese apresentada possui caráter explicativo e orienta a análise institucional proposta neste estudo, permitindo a articulação entre território, segurança pública e organização policial no contexto amazônico.

A presente pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A escolha desse método justifica-se pela necessidade de compreender o fenômeno da organização institucional da segurança pública no contexto amazônico, especialmente no que se refere à especialização operacional da Polícia Militar do Amazonas.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de obras de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Criminologia e Segurança Pública, bem como estudos sobre território e políticas públicas na Amazônia. A pesquisa documental incluiu a análise da Constituição Federal, legislações relacionadas à segurança pública, documentos institucionais e modelos organizacionais de unidades policiais especializadas, como o Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar de Goiás.

A análise dos dados foi conduzida por meio de interpretação qualitativa do conteúdo bibliográfico e documental, buscando identificar elementos institucionais, jurídicos e operacionais relacionados ao controle territorial preventivo e à especialização do policiamento de divisas.

Nesse sentido, a metodologia científica é compreendida como instrumento fundamental para a construção do conhecimento aplicado à realidade regional, especialmente quando a pesquisa busca dialogar com problemas concretos da sociedade amazônica.

A produção científica na Amazônia deve estar conectada com a realidade social e institucional da região, contribuindo para a construção de soluções aplicadas aos problemas locais. A pesquisa jurídica e em segurança pública não pode se limitar à abstração teórica, devendo dialogar com a prática institucional e com as demandas da sociedade amazônica. (AGUIAR, 2024, p. 52).

A análise qualitativa adotada permite compreender a relação entre território, segurança pública e organização institucional da Polícia Militar do Amazonas, possibilitando a construção de uma proposta teórica de criação do Comando de Operações de Divisas no Estado.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, com abordagem aplicada ao campo da segurança pública e da organização institucional policial na Amazônia. A escolha dessa tipologia metodológica decorre da natureza do objeto investigado, que envolve a análise da viabilidade institucional e operacional da criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas (COD/PMAM), fenômeno que não pode ser compreendido exclusivamente por dados quantitativos, exigindo interpretação jurídica, institucional e territorial.

A pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos sociais complexos relacionados à segurança pública, especialmente aqueles vinculados à organização policial e ao controle territorial em regiões de fronteira. Conforme ensina Minayo (2014), a abordagem qualitativa é adequada quando o objetivo da investigação consiste em interpretar significados, processos institucionais e relações sociais, o que se aplica diretamente ao estudo da especialização do policiamento de divisas na Amazônia.

Quanto aos fins, a pesquisa possui caráter exploratório, pois busca ampliar o conhecimento sobre a possibilidade de criação de uma unidade especializada de operações de divisas no âmbito da Polícia Militar do Amazonas, tema ainda pouco sistematizado na literatura acadêmica regional. Segundo Gil (2019), a pesquisa exploratória é apropriada quando o objeto investigado apresenta reduzida produção científica consolidada, exigindo levantamento teórico e análise inicial do fenômeno estudado.

No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em obras de Direito Constitucional, Administração Pública, Criminologia e Segurança Pública, incluindo autores como Alexandre de Moraes, Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Rogério Greco, além de estudos sobre organização policial e controle territorial. Já a pesquisa documental utiliza normas constitucionais, documentos institucionais da Polícia Militar de Goiás referentes ao Comando de Operações de Divisas (COD/PMGO) e materiais institucionais relacionados à segurança pública na região amazônica.

A utilização desses métodos permite integrar teoria jurídica, análise institucional e realidade territorial amazônica, possibilitando compreender a especialização do policiamento de divisas como estratégia de fortalecimento da presença estatal e de enfrentamento do crime organizado transfronteiriço.

Sob a perspectiva da pesquisa aplicada, o estudo busca produzir conhecimento voltado à realidade institucional da Polícia Militar do Amazonas, contribuindo para a reflexão sobre modelos organizacionais de segurança pública adaptados às características geográficas e operacionais da Amazônia. Nesse sentido, a investigação aproxima-se da ciência aplicada à segurança pública, conforme a orientação metodológica proposta por Aguiar (2024), ao articular produção científica e prática institucional amazônica.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de técnicas de documentação indireta, especialmente pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, consideradas adequadas para a análise de fenômenos institucionais relacionados à segurança pública e à organização policial no contexto amazônico. A documentação indireta constitui a principal técnica de coleta de dados desta pesquisa, sendo realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em obras de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Criminologia e Segurança Pública, além de estudos sobre território e políticas públicas na Amazônia.

A pesquisa documental incluiu a análise da Constituição Federal de 1988, legislações relacionadas à segurança pública, documentos institucionais das polícias militares e materiais normativos relacionados à organização de unidades especializadas de policiamento territorial, como o Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar de Goiás. A utilização dessas técnicas permite a construção de análise teórica e institucional sobre a especialização do policiamento de divisas, considerando a realidade amazônica e a organização da Polícia Militar do Amazonas.

A técnica de observação, no âmbito das pesquisas qualitativas em segurança pública, constitui instrumento relevante para a compreensão de fenômenos institucionais e operacionais relacionados ao objeto investigado. No presente estudo, a observação foi utilizada de forma indireta e contextual, a partir da análise de registros institucionais, relatórios operacionais e informações públicas sobre ações policiais em áreas de divisa e fronteira do Estado do Amazonas. A observação simples foi realizada por meio do acompanhamento de informações públicas e registros institucionais relacionados a operações policiais em regiões de fronteira e em rotas fluviais estratégicas do Estado do Amazonas. Esses registros evidenciam a recorrência

de ocorrências envolvendo o transporte ilícito de entorpecentes, armas e contrabando por vias fluviais, indicando a utilização do território amazônico como corredor logístico por organizações criminosas. Essa observação contribui para a compreensão geral do fenômeno investigado, especialmente no que se refere à relação entre território, mobilidade fluvial e segurança pública.

A observação sistemática foi realizada por meio da análise recorrente de documentos institucionais e registros de operações policiais divulgados por órgãos de segurança pública, permitindo identificar padrões relacionados à criminalidade transfronteiriça e à circulação de ilícitos em áreas de divisa.

A sistematização dessas informações possibilita compreender a importância da presença estatal permanente em regiões estratégicas do território amazônico, bem como a necessidade de especialização operacional das instituições policiais para atuação nessas áreas.

A técnica de entrevista foi utilizada como instrumento complementar de coleta de dados qualitativos, com o objetivo de compreender percepções institucionais e operacionais relacionadas ao policiamento territorial, ao controle de divisas e às dificuldades logísticas da segurança pública no Estado do Amazonas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais da segurança pública com experiência em atividades operacionais e administrativas no âmbito da Polícia Militar do Amazonas. A escolha dessa técnica permitiu aprofundar a compreensão do fenômeno investigado, especialmente no que se refere às necessidades institucionais relacionadas ao policiamento fluvial e ao controle territorial em áreas de fronteira.

As entrevistas foram conduzidas de forma informal e sem identificação nominal dos participantes, preservando o caráter institucional das informações coletadas e respeitando princípios éticos de pesquisa. O roteiro abordou temas como mobilidade operacional na Amazônia, dificuldades logísticas do policiamento em áreas de divisa, necessidade de especialização policial e importância da presença estatal permanente em regiões estratégicas.

Os relatos obtidos indicam que a extensão territorial do Estado, associada à predominância da mobilidade fluvial, representa desafio significativo para o policiamento preventivo, reforçando a percepção institucional sobre a necessidade de criação de unidades especializadas para atuação em áreas de fronteira e divisa.

A pesquisa bibliográfica e documental constituiu etapa essencial desta investigação, permitindo a construção do referencial teórico e institucional sobre a criação de unidades especializadas de policiamento de divisas no Brasil, especialmente no âmbito das Polícias

Militares. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de obras de Direito Constitucional, Administração Pública e Segurança Pública, bem como de estudos institucionais produzidos no âmbito das Polícias Militares brasileiras. Entre as referências utilizadas destacam-se Moraes (2023), Di Pietro (2022), Greco (2022) e Nucci (2021), que fornecem a base teórica para a compreensão da organização estatal, da segurança pública como dever do Estado e da prevenção criminal.

No campo específico da organização policial especializada, foram analisados estudos institucionais produzidos pela Polícia Militar do Estado de Goiás sobre o Comando de Operações de Divisas (COD), unidade criada em 2012 com a finalidade de reforçar o policiamento nas divisas estaduais e combater crimes transfronteiriços, como tráfico de drogas, armas, contrabando e roubos de carga. Segundo material institucional da PMGO, o COD constitui uma tropa especializada voltada ao controle territorial estratégico e ao enfrentamento do crime organizado nas regiões de fronteira estadual, sendo considerado referência nacional em policiamento de divisas.

Estudos acadêmicos produzidos no âmbito da própria Polícia Militar de Goiás indicam que a criação da unidade especializada contribuiu para o fortalecimento das ações preventivas e repressivas contra organizações criminosas, especialmente em áreas de circulação inter-regional de ilícitos. Também foram analisados documentos institucionais relacionados à formação e capacitação dos policiais que integram o COD, incluindo editais de cursos operacionais específicos voltados ao policiamento de divisas, que exigem aptidão física, psicológica e técnica para atuação em operações especializadas.

No plano normativo, a pesquisa documental incluiu a análise da Constituição Federal de 1988, especialmente o artigo 144, que estabelece a segurança pública como dever do Estado e responsabilidade das instituições policiais, incluindo as Polícias Militares. A utilização dessas fontes permitiu compreender como a especialização institucional no policiamento de divisas pode contribuir para a eficiência da segurança pública, fornecendo parâmetros organizacionais e operacionais que servem como referência comparada para a proposta de criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas.

2. HISTÓRIA

O histórico institucional do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Estado de Goiás constitui importante referência empírica para compreensão da especialização do policiamento territorial no Brasil. O COD foi criado em 20 de abril de 2012, como unidade

especializada voltada ao combate ao crime organizado nas regiões de divisa estadual e na malha rodoviária estratégica de Goiás.

Estudos produzidos no âmbito da própria PMGO indicam que a criação da unidade decorreu da necessidade de enfrentar crimes interestaduais e transfronteiriços, especialmente tráfico de drogas, armas, contrabando, roubos de cargas e veículos, fenômenos associados à circulação ilícita em corredores logísticos inter-regionais.

Desde sua criação, o COD passou a desenvolver doutrina operacional própria, com seleção e capacitação específica de policiais militares, submetidos a treinamentos contínuos e cursos especializados. Os integrantes da unidade passaram a ser reconhecidos internamente como operadores de policiamento especializado em divisas, atuando em operações rurais, rodoviárias e interestaduais.

A literatura institucional da Polícia Militar de Goiás aponta que a consolidação do COD está diretamente relacionada ao processo de modernização da segurança pública estadual, marcado pela integração entre inteligência policial, policiamento ostensivo especializado e cooperação entre forças de segurança.

Assim, a utilização da história institucional do COD/PMGO como referência metodológica permite compreender como a experiência acumulada por unidades especializadas pode orientar a formulação de novos modelos organizacionais de policiamento territorial, especialmente em contextos geográficos complexos, como o da Amazônia.

10

3. ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio de abordagem qualitativa, fundamentada na interpretação de conteúdos bibliográficos, documentos institucionais e registros relacionados à atuação policial em áreas de divisa e fronteira. O objetivo consistiu em identificar elementos institucionais e operacionais capazes de subsidiar a proposta de criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas.

A análise documental sobre o Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Estado de Goiás evidencia que a especialização do policiamento territorial constitui estratégia institucional eficaz para o enfrentamento do crime organizado em regiões de circulação inter-regional de ilícitos. Desde sua criação, em 2012, o COD/PMGO passou a atuar de forma preventiva em rodovias e áreas de divisa estadual, utilizando patrulhamento tático, inteligência policial e operações integradas com outras forças de segurança.

A interpretação desses dados institucionais permite identificar que a atuação preventiva em pontos estratégicos de circulação contribui para a interceptação de fluxos ilícitos antes da consolidação das atividades criminosas. Esse modelo de policiamento territorial preventivo apresenta potencial de adaptação ao contexto amazônico, especialmente quando considerado o papel dos rios como principais eixos de mobilidade regional.

No Estado do Amazonas, a análise de registros institucionais e notícias sobre operações policiais em áreas de fronteira demonstra a recorrência de apreensões de entorpecentes e armas transportados por vias fluviais, evidenciando a utilização dos rios como corredores logísticos por organizações criminosas. Essa realidade reforça a necessidade de presença estatal permanente em regiões estratégicas do território.

A partir da análise qualitativa realizada, observa-se que a criação de uma unidade especializada de operações de divisas na Polícia Militar do Amazonas pode representar avanço institucional na política de segurança pública regional, especialmente se estruturada com logística fluvial permanente, efetivo especializado e integração com órgãos de inteligência.

A criminalidade organizada contemporânea caracteriza-se por sua capacidade de adaptação às condições territoriais e institucionais. Zaffaroni (2007) observa que o crime organizado tende a ocupar espaços de baixa presença estatal, estruturando-se em redes logísticas que exploram fragilidades geográficas e administrativas. No Amazonas, essas fragilidades manifestam-se sobretudo nas extensas rotas fluviais e nas regiões de fronteira internacional, onde a fiscalização estatal historicamente se mostra mais complexa.

Cano e Duarte (2012) demonstram que organizações criminosas ajustam suas estratégias conforme o grau de controle territorial exercido pelo Estado. Assim, a ausência de policiamento permanente em determinadas áreas favorece a consolidação de corredores ilícitos. Nesse sentido, a segurança pública não pode ser concebida apenas como reação ao delito consumado, mas como política pública de controle territorial preventivo.

Nucci (2021) destaca que a prevenção criminal eficaz depende da atuação estatal sobre os fatores estruturais que possibilitam a prática delitiva. No contexto amazônico, esses fatores estão diretamente relacionados ao território, à mobilidade fluvial e à limitada presença institucional em áreas remotas.

Assim, a análise dos dados bibliográficos e documentais indica que a especialização do policiamento territorial constitui instrumento relevante para o controle preventivo de rotas ilícitas, sendo a experiência do COD/PMGO referência institucional importante para a formulação de proposta semelhante no Estado do Amazonas.

3.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística descritiva foi utilizada como instrumento de organização e apresentação de informações institucionais relacionadas à especialização do policiamento de divisas. Embora a pesquisa possua natureza qualitativa, a sistematização de dados operacionais permite visualizar padrões organizacionais e operacionais relevantes para a análise proposta.

Foram organizadas informações documentais referentes à estrutura do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar de Goiás e à proposta de criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas, possibilitando a apresentação de frequências institucionais, efetivo estimado e unidades operacionais.

Elemento institucional	COD/PMGO	COD/PMAM (proposta)
Ano de criação	2012	Proposta acadêmica
Tipo de mobilidade	Rodoviária	Fluvial e terrestre
Batalhões operacionais	1 unidade especializada	2 batalhões
Companhias destacadas	Sim	Sim
Efetivo aproximado	200 policiais	540 policiais
Área de atuação	Divisas estaduais	Divisas e fronteiras amazônicas

Fonte: elaboração do autor, com base em documentos institucionais da PMGO e proposta de pesquisa.

A organização dos dados permite identificar diferenças estruturais entre o modelo goiano e a proposta amazônica, especialmente quanto à mobilidade operacional e à extensão territorial de atuação.

A análise descritiva evidencia que, enquanto o COD/PMGO possui foco no policiamento rodoviário estratégico, a proposta do COD/PMAM prioriza o patrulhamento fluvial, em razão das características geográficas do Estado do Amazonas.

3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO COD/PMAM

O Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas é concebido como grande comando operacional, sediado em Manaus, sob o comando de um Coronel da Polícia Militar. Sua estrutura organizacional segue o modelo básico da PMAM, composta por Comando, Subcomando, Estado-Maior e unidades subordinadas.

O Estado-Maior do COD/PMAM organiza-se em sete seções (S1 a S7), responsáveis, respectivamente, por pessoal, inteligência, operações, logística, planejamento estratégico, tecnologia e comunicações, e doutrina e ensino operacional. Subordinam-se ao Comando dois Batalhões de Operações de Divisas, cada um com Companhias destacadas em regiões estratégicas do território amazônico.

O efetivo estimado para o funcionamento pleno do COD/PMAM é de aproximadamente 540 policiais militares, número compatível com a dimensão territorial do Estado e com a complexidade das missões atribuídas à unidade.

3.3. DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DO EFETIVO DO COD/PMAM

O gráfico apresenta a distribuição estimada do efetivo do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas, considerando a estrutura proposta composta por Comando e dois batalhões operacionais. Observa-se a predominância do efetivo operacional nos batalhões de divisas, responsáveis pela execução direta das atividades de policiamento territorial e fluvial, enquanto o Comando concentra funções administrativas, logísticas e de planejamento estratégico.

Unidade	Efetivo
Comando	40
1º Batalhão de Divisas	250
2º Batalhão de Divisas	250

Fonte: elaboração do autor.

O quadro de distribuição estimada do efetivo do Comando de Operações de Divisas da PMAM evidencia uma estrutura organizacional voltada para a maximização da atividade operacional. O Comando, composto por 40 militares, concentra as funções administrativas, de planejamento estratégico e de coordenação das ações, garantindo suporte e direção às unidades subordinadas. Já os dois Batalhões de Divisas, cada um com 250 policiais, representam o núcleo operacional da proposta, responsáveis pela execução direta do policiamento territorial e fluvial nas áreas de fronteira e divisas estaduais. Essa configuração demonstra uma clara priorização do emprego de efetivo na linha de frente, assegurando maior presença, mobilidade e capacidade de resposta nas regiões mais sensíveis do estado, enquanto o Comando mantém a estrutura necessária para gestão, logística e supervisão das operações.

3.4. EFETIVO PREVISTO DO COMANDO DE OPERAÇÕES DE DIVISAS

A distribuição estimada do efetivo do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas revela a lógica estrutural que orienta a proposta organizacional da unidade. Ao considerar a composição formada por um Comando central e dois Batalhões de Divisas, o modelo busca equilibrar funções administrativas e estratégicas com a necessidade de forte presença operacional nas áreas de fronteira. Essa configuração permite compreender como o efetivo é alocado de forma a garantir tanto a coordenação institucional quanto a execução direta das atividades de policiamento territorial e fluvial.

Unidade	Oficiais	Praças	Total
Comando do COD	10	30	40
1º Batalhão de Operações de Divisas	25	225	250
2º Batalhão de Operações de Divisas	25	225	250
Companhias Destacadas	8	92	100
TOTAL GERAL	68	572	640

14

Organograma institucional (modelo acadêmico).

Dessa forma, a proporção entre o efetivo administrativo e o operacional demonstra uma escolha deliberada pela eficiência e pela capacidade de resposta nas regiões mais sensíveis do estado. Com um Comando enxuto, responsável pela gestão e supervisão, e batalhões robustos dedicados à linha de frente, a estrutura proposta fortalece a atuação do COD/PMAM e amplia seu potencial de cobertura territorial. Em síntese, a distribuição apresentada evidencia um arranjo organizacional coerente com as demandas estratégicas do Amazonas, priorizando mobilidade, presença e efetividade nas operações de divisas.

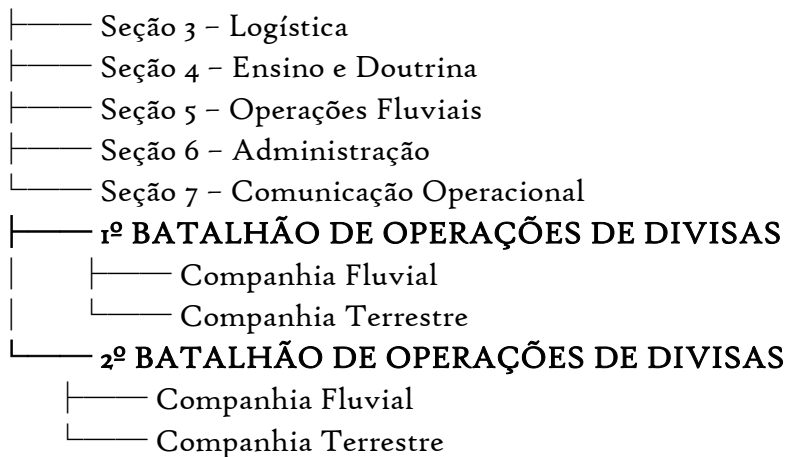
3.5. COMANDO DE OPERAÇÕES DE DIVISAS – COD/PMAM

A organização administrativa dele está no seguinte:

COD – Sede

— Seção 1 – Planejamento Operacional

— Seção 2 – Inteligência



A estrutura organizacional proposta para o Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas foi concebida com base na organização administrativa da PMAM e na experiência institucional do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar de Goiás, adaptada às características territoriais da região amazônica.

O modelo prevê comando centralizado em Manaus, sete seções administrativas e operacionais, dois batalhões de operações de divisas e companhias destacadas, permitindo atuação simultânea em diferentes regiões estratégicas do Estado.

3.6. LOGÍSTICA FLUVIAL E MOBILIDADE OPERACIONAL

A logística operacional constitui elemento central para a efetividade das ações de segurança pública no Estado do Amazonas, especialmente em razão das características geográficas da região. A extensa rede hidrográfica amazônica configura-se como principal eixo de mobilidade social, econômica e institucional, influenciando diretamente a organização das atividades policiais.

Segundo Aguiar (2024), a organização institucional na Amazônia deve considerar as especificidades territoriais e geográficas da região, especialmente a centralidade dos rios como espaços de circulação social, econômica e de presença estatal, o que exige soluções logísticas próprias para a atuação das instituições públicas.

Diferentemente de outras unidades federativas, onde o deslocamento operacional ocorre predominantemente por vias terrestres, no Amazonas a mobilidade fluvial representa o principal meio de acesso a comunidades interioranas e regiões de fronteira. Essa realidade exige planejamento logístico específico, capaz de garantir presença estatal permanente em áreas estratégicas do território.

Nesse contexto, a proposta de criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas prevê a estruturação de um sistema de patrulhamento fluvial permanente,

articulado com bases operacionais e apoio terrestre complementar. A utilização de embarcações de patrulhamento, lanchas rápidas e embarcações-base permite ampliar a capacidade de deslocamento operacional e o controle preventivo de rotas fluviais utilizadas para a circulação de ilícitos.

A atuação institucional na Amazônia pressupõe a adaptação das estruturas operacionais à realidade hidrográfica regional. Nesse sentido, a mobilidade fluvial não representa apenas um meio de deslocamento, mas um elemento estratégico da presença estatal e da organização territorial da segurança pública (AGUIAR, 2024).

O patrulhamento fluvial apresenta caráter estratégico no controle territorial amazônico, pois os rios funcionam como corredores logísticos naturais, frequentemente utilizados por organizações criminosas para transporte de entorpecentes, armas e mercadorias ilegais. A presença policial contínua nesses espaços contribui para a prevenção criminal e para o fortalecimento da soberania estatal em regiões de fronteira.

A logística operacional do COD/PMAM deve integrar mobilidade fluvial, inteligência policial e apoio terrestre, permitindo atuação coordenada em áreas de difícil acesso. A criação de bases fluviais estratégicas e a manutenção de embarcações operacionais constituem elementos essenciais para a consolidação dessa estrutura.

A experiência institucional de unidades especializadas de policiamento territorial em outras unidades federativas demonstra que a presença operacional permanente em regiões estratégicas do território contribui para a redução da circulação de ilícitos. No contexto amazônico, essa presença depende diretamente da capacidade logística fluvial das instituições policiais.

Assim, a mobilidade fluvial não representa apenas meio de deslocamento operacional, mas elemento estruturante da política de segurança pública na Amazônia, sendo fundamental para a atuação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas.

Greco (2022) ressalta que a prevenção criminal deve ocorrer antes da consolidação do delito, atuando sobre as condições que possibilitam sua ocorrência. Nesse sentido, a mobilidade fluvial estratégica constitui elemento central da doutrina operacional do COD/PMAM.

A logística fluvial e a mobilidade operacional no contexto amazônico revelam-se como pilares indispensáveis para a atuação eficiente das forças de segurança, especialmente diante da predominância dos rios como vias naturais de circulação e acesso. A análise apresentada demonstra que o Comando de Operações de Divisas da PMAM depende diretamente de uma estrutura logística adaptada às particularidades hidrográficas da região, integrando embarcações especializadas, bases fluviais e apoio terrestre para garantir presença contínua em áreas

estratégicas. Nesse cenário, a mobilidade fluvial deixa de ser apenas um recurso de deslocamento e se consolida como elemento estruturante da política de segurança pública, permitindo o controle preventivo de rotas utilizadas para ilícitos, fortalecendo a soberania estatal e ampliando a capacidade de prevenção criminal. Assim, a logística fluvial estratégica torna-se não apenas uma necessidade operacional, mas um componente essencial da doutrina do COD/PMAM, alinhado às demandas territoriais da Amazônia e às exigências contemporâneas de proteção das fronteiras e das comunidades ribeirinhas.

3.7. BASES OPERACIONAIS DO COD/PMAM

A implantação de bases operacionais constitui elemento essencial para a efetividade do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas, especialmente considerando a extensão territorial do Estado e a predominância da mobilidade fluvial. No contexto amazônico, a presença institucional permanente em pontos estratégicos do território depende da existência de estruturas operacionais descentralizadas capazes de sustentar o policiamento preventivo.

As bases operacionais do COD/PMAM são concebidas como pontos de apoio logístico e operacional destinados ao patrulhamento de divisas estaduais, fronteiras internacionais e principais rotas fluviais utilizadas para circulação de pessoas e mercadorias. Essas estruturas permitem a manutenção de equipes policiais em regime permanente de atuação, reduzindo o tempo de resposta operacional e ampliando a presença estatal em regiões de difícil acesso.

A definição das bases operacionais deve considerar critérios geográficos, logísticos e estratégicos, priorizando áreas de maior circulação fluvial e regiões de fronteira. No Estado do Amazonas, destacam-se como áreas potenciais para instalação de bases operacionais municípios localizados nas regiões do Alto Solimões, Alto Rio Negro, Médio Amazonas e na faixa de divisa com outros estados da federação.

As bases fluviais desempenham função estratégica no apoio às operações do COD/PMAM, funcionando como estruturas de abastecimento, manutenção de embarcações, alojamento de efetivo e ponto de coordenação das operações de patrulhamento. Essas unidades operacionais permitem a atuação contínua das equipes policiais em regiões onde o deslocamento a partir da capital demandaria elevado tempo logístico.

Além das bases fluviais, o modelo operacional do COD/PMAM prevê a instalação de bases terrestres em municípios estratégicos próximos a rodovias estaduais e federais, possibilitando atuação integrada entre patrulhamento fluvial e policiamento terrestre. Essa

integração amplia a capacidade de controle territorial e fortalece a prevenção criminal em áreas de divisa.

A organização das bases operacionais deve estar articulada com o sistema de inteligência policial e com os batalhões de operações de divisas, permitindo a coordenação de operações preventivas e repressivas em todo o território estadual. A descentralização operacional, aliada ao comando centralizado em Manaus, possibilita maior eficiência na execução das atividades de segurança pública.

Assim, as bases operacionais do COD/PMAM representam elemento estruturante da proposta de especialização do policiamento de divisas na Polícia Militar do Amazonas, garantindo presença institucional permanente em regiões estratégicas e contribuindo para o controle territorial preventivo na Amazônia.

3.8. LOCALIZAÇÃO DA SEDE, BATALHÕES E COMPANHIAS

A proposta institucional do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas prevê comando centralizado na capital do Estado e unidades operacionais distribuídas em regiões estratégicas do território amazônico. A sede do comando deve estar localizada em Manaus, em razão da infraestrutura administrativa, logística e de comunicação existente na capital, permitindo a coordenação das operações em todo o território estadual. Os batalhões de operações de divisas são distribuídos conforme as principais áreas estratégicas de fronteira e circulação fluvial.

TABELA — DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DO COD/PMAM

Unidade	Localização	Função operacional
Comando do COD	Manaus	Planejamento e coordenação
1º Batalhão de Operações de Divisas	Tefé	Patrulhamento fluvial do Solimões
2º Batalhão de Operações de Divisas	São Gabriel da Cachoeira	Fronteira norte
Companhia Fluvial do 1º Batalhão	Tabatinga	Fronteira internacional
Companhia Terrestre do 1º Batalhão	Coari	Apoio regional
Companhia Fluvial do 2º Batalhão	Barcelos	Patrulhamento do Rio Negro

Unidade	Localização	Função operacional
Companhia Terrestre do 2 ^o Batalhão	Humaitá	Divisa sul

A definição da localização da sede, dos batalhões e das companhias do Comando de Operações de Divisas da PMAM reflete uma estratégia territorial alinhada às dinâmicas geográficas e operacionais do Amazonas. Com o comando central instalado em Manaus, aproveita-se a infraestrutura administrativa e logística da capital para garantir coordenação eficiente das ações em todo o estado. Já os batalhões e companhias são distribuídos em pontos-chave das calhas dos rios Solimões e Negro, bem como nas regiões de fronteira norte, internacional e de divisa sul, permitindo presença policial contínua em áreas sensíveis e de grande circulação fluvial. Essa disposição territorial fortalece a capacidade de resposta, amplia o alcance operacional e assegura que o COD/PMAM atue de forma integrada e estratégica no controle das divisas e na prevenção de ilícitos ao longo das principais rotas de mobilidade amazônica.

4. RESULTADOS

A partir da pesquisa bibliográfica e documental realizada, foi possível identificar que a especialização do policiamento territorial constitui estratégia institucional relevante para o enfrentamento do crime organizado em regiões de fronteira e divisa estadual. A análise de obras doutrinárias, documentos institucionais e estudos sobre o Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Estado de Goiás permitiu compreender a importância da criação de unidades operacionais especializadas no controle preventivo de rotas de circulação de ilícitos.

A pesquisa documental demonstrou que o Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar de Goiás, criado em 2012, foi estruturado com a finalidade de combater crimes interestaduais e transfronteiriços, especialmente tráfico de drogas, armas e roubos de carga, atuando em rodovias e regiões estratégicas do território goiano. Os registros institucionais indicam que a especialização operacional e a utilização de inteligência policial contribuíram para o fortalecimento das ações preventivas e repressivas da corporação.

Segundo Aguiar (2024), a seção de resultados deve demonstrar, de forma objetiva e fundamentada, as evidências obtidas na pesquisa, relacionando o referencial teórico à realidade investigada, especialmente quando se trata de estudos aplicados ao contexto amazônico.

A análise comparativa entre o modelo do COD/PMGO e a realidade territorial do Estado do Amazonas permitiu identificar que a principal diferença operacional entre os

contextos reside na mobilidade logística. Enquanto em Goiás o deslocamento operacional ocorre predominantemente por vias terrestres, no Amazonas a mobilidade fluvial constitui elemento central para a atuação policial.

A pesquisa bibliográfica sobre segurança pública na Amazônia evidencia que os rios funcionam como principais corredores logísticos da região, sendo frequentemente utilizados para a circulação de mercadorias e, também, de ilícitos. Essa característica territorial exige adaptação institucional das forças de segurança pública, especialmente no que se refere ao policiamento de fronteiras e divisas.

A partir dessas evidências, foi possível estruturar uma proposta organizacional para o Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas, composta por comando centralizado, batalhões operacionais, companhias destacadas e bases fluviais estratégicas. A organização operacional proposta resulta diretamente da análise dos dados bibliográficos e documentais levantados na pesquisa.

A apresentação dos resultados deve evidenciar a relação entre a análise teórica e a realidade institucional investigada, permitindo a compreensão científica do fenômeno estudado no contexto amazônico (AGUIAR, 2024).

Os resultados indicam que a criação de uma unidade especializada em operações de divisas no âmbito da Polícia Militar do Amazonas pode ampliar a presença estatal em regiões de fronteira, fortalecer o controle territorial preventivo e contribuir para o combate ao tráfico de drogas, armas e pessoas, além de ampliar a capacidade operacional da corporação em áreas de difícil acesso.

Assim, os dados analisados confirmam a relevância da especialização institucional do policiamento de divisas como estratégia de segurança pública adequada às características territoriais da Amazônia.

4.1. RESULTADOS NO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS, ARMAS E PESSOAS E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES POLICIAIS

A análise institucional realizada ao longo da pesquisa indica que a especialização do policiamento territorial, por meio da criação do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas, pode contribuir significativamente para o enfrentamento de crimes transfronteiriços, especialmente o tráfico de drogas, armas e pessoas, fenômenos diretamente relacionados às rotas fluviais da região amazônica.

O controle preventivo de corredores logísticos constitui estratégia relevante no combate ao crime organizado, uma vez que a interceptação de ilícitos nas rotas de circulação reduz a

capacidade operacional das organizações criminosas. No contexto amazônico, os rios funcionam como principais vias de deslocamento, sendo frequentemente utilizados para o transporte de entorpecentes provenientes de regiões de fronteira internacional.

A presença operacional permanente em municípios estratégicos, aliada ao patrulhamento fluvial especializado, amplia a capacidade de fiscalização e intervenção policial em áreas de difícil acesso, onde a ausência do Estado favorece a atuação de grupos criminosos. A descentralização das unidades operacionais permite reduzir o tempo de resposta e fortalecer a prevenção criminal.

A experiência institucional do Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar de Goiás demonstra que unidades especializadas de policiamento territorial contribuem para o aumento de apreensões de drogas, armas e veículos, além de fortalecer operações integradas entre forças de segurança. A adaptação desse modelo à realidade amazônica, com ênfase na mobilidade fluvial, tende a ampliar a eficiência das ações policiais no Estado do Amazonas.

Além do enfrentamento direto ao crime organizado, a criação do COD/PMAM pode ampliar a presença institucional da Polícia Militar em regiões de fronteira e interior do Estado, contribuindo para a proteção das comunidades locais e para o fortalecimento da segurança pública regional.

Assim, os resultados da pesquisa indicam que a especialização do policiamento de divisas, aliada à logística fluvial e à descentralização operacional, constitui estratégia relevante para ampliar as ações policiais no Estado do Amazonas e fortalecer o combate ao tráfico de drogas, armas e pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo do trabalho evidencia que a especialização do policiamento territorial constitui instrumento institucional relevante para o fortalecimento da segurança pública em regiões de fronteira e divisas estaduais, especialmente no contexto amazônico. A pesquisa bibliográfica e documental demonstrou que unidades operacionais especializadas, como o Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Estado de Goiás, contribuem para o controle preventivo de rotas de circulação de ilícitos e para o enfrentamento do crime organizado.

A adaptação desse modelo institucional à realidade do Estado do Amazonas revela a importância da logística fluvial como elemento estruturante das operações policiais, uma vez que a mobilidade na região ocorre predominantemente por vias hidrográficas. A organização

proposta para o Comando de Operações de Divisas da Polícia Militar do Amazonas, composta por comando centralizado, batalhões operacionais, companhias destacadas e bases operacionais estratégicas, demonstra compatibilidade com as características territoriais e operacionais da região.

Os resultados obtidos indicam que a presença policial permanente em áreas estratégicas do território, aliada à especialização do efetivo e à integração entre patrulhamento fluvial e terrestre, pode ampliar a capacidade preventiva da Polícia Militar do Amazonas e fortalecer o controle territorial em regiões de fronteira internacional e divisas estaduais.

A hipótese de que a criação de uma unidade especializada de operações de divisas pode contribuir para o enfrentamento do crime organizado no contexto amazônico mostra-se consistente diante das evidências institucionais e bibliográficas analisadas. A especialização operacional, associada à descentralização das bases policiais e à utilização de logística fluvial, apresenta-se como estratégia adequada às particularidades geográficas da Amazônia.

A pesquisa também evidencia a necessidade de continuidade dos estudos sobre organização policial e segurança pública na região amazônica, especialmente quanto à integração entre inteligência policial, mobilidade fluvial e políticas públicas de segurança territorial. A consolidação de unidades especializadas de policiamento de divisas pode representar avanço institucional na política de segurança pública do Estado do Amazonas, contribuindo para a ampliação da presença estatal e para a proteção das comunidades locais.

Nesse sentido, a especialização do policiamento de divisas no âmbito da Polícia Militar do Amazonas revela-se não apenas como proposta organizacional, mas como resposta institucional às demandas contemporâneas da segurança pública na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Denison Melo de. **Mediação em conflito fundiário urbano envolvendo povos indígenas na Amazônia**: estudo de caso no Parque das Tribos, Manaus – Amazonas. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Expert, 2024. Disponível em: <https://experteditora.com.br>. Acesso em: 06 fev. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 fev. 2026.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. 24. ed. Niterói: Impetus, 2022.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 39. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Comando de Operações de Divisas – COD**. Goiânia: PMGO, 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/policiamilitar/rotina-policia-d-cod/>. Acesso em: 06 fev. 2026.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Curso de Operações de Divisas**. Goiânia: PMGO, 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/policiamilitar>. Acesso em: 06 fev. 2026.

ZACCONE, Orlando; BATISTA, Vera Malaguti (org.). **Segurança pública e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.